

CANNABIS E SAÚDE

Maconha na terceira idade

Lar de idosos tem programa medicinal com a droga para melhorar qualidade de vida

JULITA LEMGRUBER
Especial para O GLOBO
sociedade@oglobo.com.br

-NOVA YORK. A 45 minutos de metrô do Centro de Manhattan, o Riverdale Hebrew Home, no Bronx, tem segurança rígida, com uma série de verificações dos visitantes que entram no terreno de 129 mil metros quadrados de jardins que circundam prédios de tijolos vermelhos. Tudo meticulosamente cuidado. Nas paredes, obras de artistas mais ou menos famosos e até Andy Warhol está por lá. Neste centenário lar de idosos, com programas que vão da hidroterapia às artes plásticas, o responsável médico pelo local há 17 anos, Zacharia Palace, implantou um programa inovador de uso da cannabis medicinal.

Criado em 1917 como uma residência exclusiva para judeus (hoje, eles são dois terços dos 843 residentes), o Hebrew Home é, como diz Palace, o “crème de la crème” entre os lares para idosos. Seus serviços são bem mais sofisticados — e inovadores — que a média do mercado. Nos anos 1990, este foi o primeiro lar para idosos a implementar uma “política de expressão sexual”, ou seja, respeitar o desejo de residentes de exercer sua sexualidade nos seus espaços privados. E todos os residentes, mesmo aqueles com limitação de mobilidade, são independentes.

Entusiasta do uso medicinal da cannabis, Palace faz uma palestra mensal esclarecendo aos idosos que o uso da erva pode ajudar numa melhor qualidade de vida, justamente por tratar patologias que acompanham a terceira idade. Tudo começou em novembro de 2016. Hoje, oito idosos fazem uso da cannabis medicinal.

— Isto também acontece em outras instituições para idosos, mas o Hebrew Home é o único a assumir publicamente tal prática e a encorajar sua adoção entre os residentes, sempre cuidando de se manter dentro dos limites legais — diz Palace.

DIFERENÇAS NA LEGISLAÇÃO

Como nos Estados Unidos há conflitos entre a legislação federal e a dos estados no que se refere ao uso de maconha, o Hebrew Home precisa tomar precauções para não infringir a lei. Até agora, 29 estados americanos já legalizaram a maconha para fins medicinais; em oito estados e na capital do país, a maconha está legalizada também para fins recreativos. Mas em nível nacional a maconha ainda é proibida, e lares para idosos são regidos pela legislação federal, que também abrange os programas federais Medicaid e Medicare, de assistência à saúde.

Para que o Hebrew Home não seja acusado de desrespeitar a lei, os residentes que fazem uso da maconha devem ser capazes de autoministrar a substância, comprada por seus meios e com seus próprios recursos. Todos mantêm a droga em cofres dentro de seus quartos, dos quais só eles têm as chaves.

Para ser autorizado a fazer uso da maconha, o residente da instituição deve apresentar alguma

das patologias descritas pela legislação de Nova York como elegível para o uso medicinal: dores crônicas graves, mal de Parkinson, dores neuropáticas, esclerose múltipla e consequências da quimioterapia — náuseas, vômitos, perda do apetite, entre outras.

— A necessidade de autoministrar a substância, o pesado estigma que ainda recai sobre o uso da maconha e o alto custo (US\$ 240 mensais) afastam muitos pacientes potenciais — diz Palace, que acredita que o número de adeptos deve crescer rapidamente, já que os idosos residentes na unidade começaram a entender que a visão da maconha como uma planta moralmente condenável é uma bobagem.

No Hebrew Home, a cannabis, como medicamento, é utilizada em cápsulas ou em óleo. Embora a legislação do estado autorize vaporizadores, o centro mantém uma política de fumo zero e, assim, o uso da maconha através de vaporizadores não é permitido.

Estudos recentes demonstram que o uso de maconha por adultos nos Estados Unidos vem crescendo. A pesquisa nacional sobre Uso de Drogas e Saúde, por exemplo, revelou que, entre 2006 e 2013, o consumo dessa substância aumentou 60% entre pessoas com 50 a 64 anos e, no mesmo período, a variação foi de 250% entre idosos com 65 anos ou mais.

Por outro lado, o número de aposentados americanos que tomam pelo menos três drogas psiquiátricas mais do que dobrou entre 2004 e 2013, embora praticamente metade desses pacientes não tenham diagnóstico de qualquer problema mental. Ou seja, tem havido prescrições em demasia para idosos de drogas que provocam efeitos colaterais indesejados.

Tudo isto também tem ajudado a disseminar a ideia de que a cannabis medicinal pode se constituir em alternativa eficaz para variados tipos de patologias que surgem na terceira idade. Segundo Palace, vários dos opioides muito prescritos para idosos, para lidar com dores crônicas, provocam prisão de ventre e tonturas. Então, o que ele está sempre procurando é um medicamento que traga mais benefícios com menos riscos. E a cannabis medicinal é a resposta em muitos casos.

Helen Wagsman é uma dessas pacientes. Com 89 anos, ela tem mal de Parkinson há dez anos e a rigidez muscular causada pela doença provocava dores insuportáveis nas pernas, principalmente nas primeiras horas da manhã. Helen começou a usar cannabis medicinal há três meses, toma duas cápsulas por dia e revela que sua vida mudou muito. Sorridente, apenas lamenta que não sinta o “barato” que muita gente diz que acompanha o uso da maconha. No seu cofre, onde mantêm bem guardado seu medicamento, está grudado um ímã da personagem Mafalda: “minha nora é argentina”, ela explica rindo. ●

Julita Lemgruber é socióloga e diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec)



Jardins. Área do Riverdale Hebrew Home, criado em 1917, tem 129 mil metros quadrados muito bem cuidados



Atenção. O médico Zacharia Palace com a paciente de Parkinson Helen Wagsman: menos dores nas pernas

“A necessidade de autoministrar a substância, o estigma que ainda recai sobre o uso da maconha e o alto custo afastam muitos pacientes”

Zacharia Palace

Responsável médico do Hebrew Home



Arte e tradição. Andy Warhol nos corredores do centro centenário

MERCADO

Acessórios para a erva

‘Head shops’ no Rio lotam com a venda de produtos legais ligados à maconha e promovem debates sobre a legalização no país

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br

Todos os dias, às 16h20 — 4h20 da tarde — um som de sirene ecoa pela Rua do Rezende, na Lapa. O “ritual” acontece há um ano e seis meses em homenagem à maconha por iniciativa da loja Ganjah, que comercializa produtos legais ligados à droga.

Embora a maconha seja proibida no país, o mercado relacionado à erva vem ganhando terreno. Conhecidos como “head shops”, os estabelecimentos vendem desde sedas a “deschavadores”, usados para triturar a droga. No Rio, lojas do tipo ficam lotadas.

Em um sobrado na Lapa, a loja Ganjah recebe cerca de 200 pessoas por dia. O preço dos produtos varia de R\$ 1, como os “deschavadores”, a R\$ 2 mil, no caso de alguns “bongs” (tubos usados para amenizar a fumaça da droga). Além da comercialização dos produtos, há debates sobre a legalização da droga e shows.

— O crescente número de estabelecimentos do tipo no mercado ame-



Inspiração. Ítalo Rodrigues teve a ideia de abrir a Ganjah após mudanças no Uruguai

ricano e a legalização da droga no Uruguai nos trouxeram essa ideia — conta Ítalo Rodrigues, sócio da Ganjah.

Há 11 anos no mercado, Mathias Maxx, fundador da loja La Cucaracha, em Ipanema, diz que já teve dificuldade para encontrar fornecedores no país mas, atualmente, recebe inúmeros contatos de comerciantes brasileiros interessados em vender para a loja.

— Inauguramos em 2006, e a partir de 2012 houve uma explosão de conteúdo sobre maconha. Abrir estabelecimentos como esses é se preparar para o inevitável, porque a regulamentação da maconha é inevitável — acredita.

Ativista pela legalização da cannabis, Maxx faz visitas frequentes ao Uruguai, onde grava um documentário sobre a

regulamentação da maconha no país. Ainda que considere inevitável a legalização da maconha no Brasil, ele acha que a conjuntura ficou mais complicada na última eleição:

— Já tivemos um cenário mais favorável, mas agora, com esse Congresso conservador, a legalização não vai sair.

SEM APOLOGIA

Segundo o advogado André Barros, as decisões do Supremo Tribunal Federal de 2011 que liberaram as “Marchas da Maconha” também cobrem o funcionamento dos “head shops”, que não podem ser considerados estabelecimentos de apologia ao uso de drogas.

— Na época da Ação de Descumprimento de Preceito Constitucional 187 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4274, que legalizaram a Marcha da Maconha, houve debate sobre este assunto — lembra Barros, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ. — O que não pode é vender plantas ou outra coisa que tenha THC. Mas não faz sentido insistir no debate sobre apologia depois das decisões do STF. ●